

Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas

Vol. 10



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA



Equipe Editorial

Abas Rezaey

Izabel Ferreira de Miranda

Ana Maria Brandão

Leides Barroso Azevedo Moura

Fernado Ribeiro Bessa

Luiz Fernando Bessa

Filipe Lins dos Santos

Manuel Carlos Silva

Flor de María Sánchez Aguirre

Renísia Cristina Garcia Filice

Isabel Menacho Vargas

Rosana Boullosa

Projeto Gráfico, editoração e capa

Editora Acadêmica Periodicojs

Idioma

Português

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E82 Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas - volume 10. / Filipe Lins dos Santos. (Editor) – João Pessoa: Periodicojs editora, 2023.

E-book: il. color.

E-book, no formato ePub e PDF.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-6010-038-1

1. Estudos interdisciplinares. 2. Ciências Humanas. I. Santos, Filipe Lins dos. II. Título

CDD 001.3072

Elaborada por Dayse de França Barbosa CRB 15-553

Índice para catálogo sistemático:

1. Ciências Humanas: pesquisa 001.3072

Obra sem financiamento de órgão público ou privado

Os trabalhos publicados foram submetidos a revisão e avaliação por pares (duplo cego), com respectivas cartas de aceite no sistema da editora.

A obra é fruto de estudos e pesquisas da seção de Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas da Coleção de livros Humanas em Perspectiva



**Filipe Lins dos Santos
Presidente e Editor Sênior da Periodicojs**

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil
website: www.periodicojs.com.br
instagram: @periodicojs



Capítulo 11

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS
COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ÂMBITO
ESCOLAR: REPENSANDO SOBRE A PRÁTICA**



**O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES
ESPECIAIS NO ÂMBITO ESCOLAR: REPENSANDO SOBRE A PRÁTICA**

**THE PROCESS OF INCLUDING STUDENTS WITH SPECIAL NEEDS IN
SCHOOL SCOPE: RETHINKING ABOUT PRACTICE**

Zenilda Pereira de Queiroz Nunes¹

Ilmara Rejane Brasileiro Costa²

Sheila de Sá Leite Ferreira³

Rosimary Paulo Pereira⁴

Zenaide Pereira da Silva⁵

1 Graduada em Letras português/inglês , Pós-graduada em Psicopedagogia pelas Faculdades Integradas de Patos, Curso de extensão em inglês e Espanhol pelo CCAA, Mestranda em Ciências da Educação, Veni Creator Christian University

2 Graduação em Pedagogia pela UFPB. Especialização em Psicopedagogia pela Unifip Patos, Mestranda em Ciências da Educação, Veni Creator Christian University.

3 Graduada em Letras - Português e Inglês pelas Universidades Integradas de Patos (FIP), Pós graduada em Psicopedagoga pelas Universidades Integradas de Patos (FIP), Curso de extensão em Variações Linguísticas pelas Universidades Integradas de Patos (FIP), Curso de extensão em Tecnologia na Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Mestra em Políticas e Administração de Educadores pela Universidade Aberta do Brasil (UAB).

4 Mestra em Ciências da Educação pela Univercity, Creator Christian, VCCU nos Estados Unidos, concluído entre 2021 e 2023. Durante o meu mestrado desenvolvi uma pesquisa intitulada; Análise de Projeto: Consumo, Consciência e Decisão- Uma Realidade Evidenciada no Instituto Educacional Compacto na cidade de Piancó Paraíba, sobre a orientação do Dr Pe Everaldo Araújo de Lucena, além disso sou graduada em licenciatura Plena em Biologia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú na cidade de Sobral Ceará em 2009. Ao longo de minha carreira adquirir Especialização em Educação Ambiental pelas Universidade Integradas de Patos- PB entre 2009 e 2010, com uma vasta experiência na área educacional sou concursada em ciências biológica na secretaria de educação e cultura na cidade de Santana dos Garrotes desde 2011, lecionando ciências nas seres finais do fundamental II, também concursada na secretaria de educação e cultura na cidade de Piancó PB em ciências biológicas desde 2011 até o atual momento atuando no ensino médio com as disciplinas Biologia, química e física na EMIEF Luciano de Freire Farias.

5 Mestranda em Ciências da Educação pela Veni Creator CHRISTI UNIVERSITY. Graduada em



Resumo: O presente trabalho objetiva mostrar a importância de incluir alunos com necessidades especiais em escolas regulares, seguindo o pressuposto de que todas as crianças têm direitos iguais perante a lei. Aborda a necessidade do respeito às diferenças, uma vez que os deficientes físicos ou mentais merecem ser respeitados em todos os espaços. Mostra a inclusão como um processo importante, porém merece ser avaliado para que não seja jogada toda a responsabilidade para o docente. Esclarece, ainda, que as escolas necessitam de reformas, não só em sua estrutura física, mas em todo o seu funcionamento, a começar pelo projeto político pedagógico. Enfatiza que a diversidade deve se concretizar em práticas que têm por base, além das capacidades intelectuais e os conhecimentos dos alunos, seus interesses e motivações.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas. Inclusão. Respeito. Investimento.

Abstract: The present work objective to show the importance of include the students with special necessity in regular school, following the belief of that all the children has equal rights before the law. Addresses the need to respect differences, since the physicals or mental deficient to deserve to be respected in all the spaces. Shows the inclusion as important process, but to serve to be measured not to be played all responsibility to the teacher. To clear also that the schools need of reforms, not only in it physical structure, but every operation, there is to start by political pedagogical project. Emphasize that the diversity should be materialize in practices that have by base, beyond of the intellectual capacities and the knowledge in the students, their interests and motivations.

Keywords: Pedagogical practices. Inclusion. Respect. Investment.



INTRODUÇÃO

A inclusão de crianças com deficiências em escolas regulares representa um avanço histórico em relação ao movimento de integração, uma vez que este pressupunha algum tipo de treinamento do deficiente para permitir sua participação no processo de ensino aprendizagem. Compreende-se também que a inclusão postula uma reestruturação do sistema de ensino, com objetivo de fazer com que a escola se torne aberta às diferenças e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais, uma vez que a própria Secretaria de Educação Especial do MEC diz que todas as crianças que estão nas escolas especiais têm o direito constitucional de entrar no sistema de ensino regular, sendo que as turmas sejam condizentes com suas idades.

O interesse pelo tema se deu devido à vinculação direta à vivência escolar e profissional, a qual se reflete sobre prática docente e, portanto, exercendo um papel fundamental nesse processo de inclusão escolar. Entretanto, vários são os conflitos existentes no caminho trilhado pelos ideais da inclusão. Toma-se como base, pois, o pressuposto de que alunos com necessidades especiais compartilham do processo pedagógico em contexto inclusivo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 delega à família, à escola e à sociedade o compromisso para a efetivação de uma proposta de escola para todos. Indivíduos com necessidades especiais convivem socialmente com a família, mas por serem considerados muitas vezes “diferentes”, nem sempre esse convívio se estende ao âmbito escolar e a eventos sociais. Sendo então, isolados. O que está em desarmonia com a proposta de Educação Inclusiva, onde propõe a inclusão de alunos na escola regular com o mínimo possível de distorção idade-série, independente de sua condição afetiva, cultural, orgânica e sócio-econômica.

Uma questão em destaque é o fato de como essa educação chega até aos alunos com necessidades especiais, pois não basta acolher estes estudantes, mas garantir que eles tenham o mínimo de qualidade ao que está sendo ensinado, oferecer suporte e o fundamental: que eles avancem nos conteúdos. E isso depende do trabalho realizado pelos educadores, de suas práticas pedagógicas, da



instituição e de toda a rede de ensino.

Na implementação dessa proposta, sobretudo, muitos problemas são encontrados. Tendo em vista os estudantes com necessidades especiais possuírem características particulares e cuidados especializados, o trabalho realizado não se limita à sala de aula e ao professor, mas dependem de um trabalho de discussão e formação que envolve toda a comunidade escolar e que nem sempre é realizado. E o mais importante é que esses estudantes não sejam rotulados nem apontados como doentes.

A inclusão é um caminho que precisa ser construído coletivamente para que ele se solidifique. A avaliação dos alunos, professores, do processo ensino-aprendizagem é uma constante, ou seja, não há uma simples receita, fórmulas ou mágica. O caminho é longo, muitas vezes difícil, mas deve ser trilhado com perseverança, disposição e, acima de tudo, repensando a cada dia novas práticas que possam ajudar a percorrer esse caminho.

Outro ponto em destaque é que as instituições devem ter autonomia, em outras palavras, ter a possibilidade de decidir sobre suas ações, instituindo prioridades e viabilizando novas alternativas para melhoria no que diz respeito à inclusão. Pois não basta “igualá-los”, mas dar-lhes o direito de ter entrada e permanência no ensino regular para uma educação com qualidade.

Faz-se necessário destacar que esta política educacional é apenas uma, das muitas formas de se construir o princípio da igualdade de todos perante a lei. E é neste sentido que este trabalho objetivou uma reflexão a partir dos novos paradigmas da educação nacional, repensando e refazendo as práticas de atuação nesse processo de inclusão. De fato, esta prática inclusiva nos modelos atuais não é uma tarefa fácil, pois a vida escolar já se comporta de forma excludente.

É indispensável compreender e identificar os conflitos e problemas encontrados na prática educativa. Somente após ter conhecimento da realidade, podem-se implantar novas formas e novos projetos pedagógicos no âmbito desta política.

O presente trabalho divide-se em três seções. Na primeira foi abordado o processo de inclusão de crianças especiais em escolas regulares, na segunda seção faz-se uma reflexão sobre a importância do respeito às diferenças. A terceira mostra que a inclusão requer investimento.



O sustentáculo teórico está centrado em autores como; Montoan, Beyer, Cardoso, Carvalho entre outros que foram de fundamental importância para a concretização deste trabalho.

A inclusão de crianças especiais em escolas regulares

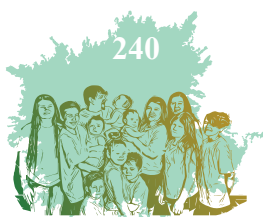
A inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares é de fundamental importância e se faz necessário, pois estes precisam ser inseridos afetivamente no âmbito escolar e social, uma vez que, todas as crianças têm direitos iguais perante a lei e a escola tem por obrigação valorizar as particularidades de cada aluno, para assim incorporar a diversidade sem nenhum tipo de distinção. Conforme Guimarães (2003, p.43), “Mais do que criar condições para os deficientes, a inclusão é um desafio que implica mudar a escola como um todo, no projeto político pedagógico, na postura diante dos alunos e na filosofia...”.

Assim, os professores estão percebendo diariamente que o processo de inclusão não só deve ser aceito, como também escolhido como subsídio para montar o cenário escolar. E não se trata apenas de admitir a matrícula desses alunos especiais, isso nada mais é do que cumprir a lei, o importante é oferecer serviços complementares, adotar práticas criativas na sala de aula, adaptar o projeto político pedagógico, rever posturas e construir uma nova visão educativa.

É essencial destacar que essa tarefa não é fácil, pois, é fácil encontrar professores que afirmam não estar preparados para essa mudança, ou seja, para receber em sua sala de aula um aluno deficiente. A inclusão é cheia de imprevistos onde o professor deve estar preparado para os diversos tipos de deficiências, o que no momento não está acontecendo, porque o próprio responsável pelo ensino escolar brasileiro (MEC) não está voltado para programas que ofereçam meios para que o professor se aperfeiçoe e aprenda a lidar com crianças especiais.

Montoan e Prieto (2006, p. 23) afirmam que:

A verdade é que o ensino escolar brasileiro continua aberto a poucos, e essa situação se acentua drasticamente no caso dos alunos com deficiência. O fato



é recorrente em qualquer ponto de nosso território, na maior parte de nossas escolas, públicas ou particulares, e em todos os níveis de ensino, mas, sobretudo nas etapas do ensino básico: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Trabalhar com crianças com necessidades especiais sempre foi um desafio para os profissionais da área da educação. Ao longo da caminhada que tange a educação especial muitos ignoraram a existência destes alunos deixando assim a responsabilidade para algum grupo de professores mais “piedosos” os quais se lançavam para o desafio.

Muitos professores têm receio em receber alunos com necessidades especiais e justificam-se com o despreparo para trabalhar com estas crianças. O receio é natural e pertinente à medida que não houve uma formação adequada para atender esta demanda de alunos, mas cabe aqui o questionamento frente a outros profissionais que com a mesma formação desenvolvem o trabalho com estas crianças. Aqui encontramos uma diferenciação e talvez a resposta que estamos buscando.

A diferenciação recai quando muitos educadores trabalham com matérias diferenciadas com seus alunos porque eles não dominam as questões que são postas aos outros. Estes profissionais ditos inclusivos são capazes de trabalhar um desenho com um aluno visto como ‘incapaz’, enquanto os demais ‘capazes’ realizam cálculos matemáticos ou outros conteúdos pré-programados os quais tem de cumprir para no próximo ano cursar a outra série. Que forma de inclusão é esta? Do que estamos falando? Que escola inclusiva é esta?, uma vez que a escola tem que ser um espaço aberto, um espaço de segurança onde o risco seja possível, o erro tolerado e as tentativas aceitas sem gracejos, sem humilhações nem julgamentos definitivos”.

Com o passar dos anos, muitas leis, decretos e convenções foram surgindo como vimos anteriormente e a sociedade tomou consciência do verdadeiro papel das pessoas com necessidades especiais verificando assim que estas também eram possuidoras de direitos e deveres de ser, estar e fazer parte como indivíduos democráticos. Toda esta transformação recai sobre a escola. Acredito que o momento que estamos vivendo não é mais de alongar as resoluções, leis, portarias, mas o de traba-



lhar com a práxis é o momento de ser, e fazer educação. Para isso a inclusão deve ser compreendida em sua mais pura essência para que ela não continue sendo mal compreendida.

É o que afirmam Montoan e Prieto (2006, p. 23.24).

A inclusão escolar tem sido mal compreendida, principalmente no seu apelo a mudanças nas escolas comuns e especiais. Sabemos, contudo, que sem essas mudanças não garantiremos a condição de nossas escolas receberem, indistintamente, a todos os alunos, oferecendo-lhes condições de progredir em seus estudos, segundo a capacidade de cada um, sem discriminações nem espaços segregados de educação.

É por esses e outros motivos que o educador deve repensar a respeito de sua prática em sala de aula, para que o aluno não tenha prejuízo, sendo ele especial ou não. Pois o processo de inclusão exposto em toda legislação que acerca o tema propõe basicamente que todos os indivíduos interajam em todas as situações fazendo que assim ele torne-se sujeito ativo no processo de aprendizagem. Incluir não é somente destinar a criança um espaço físico dentro das salas de aula, com uma classe e uma cadeira deixando-o lá esquecido e tornando-o como um mero receptor de conteúdos pré-estabelecidos sem nenhum significado. O professor deve ter um olhar voltado para a diferença, ou seja, para o desenvolvimento de uma cultura escolar respaldada pela ideia de “diferenciação de ensino” isso é essencial. O conceito e diferenciação no ensino são explicitados por André (1999, p. 22), ao afirmar que:

Diferenciar é dispor-se a encontrar estratégias para trabalhar com os alunos mais difíceis. Se o arranjo habitual do espaço de sala não funciona com esses alunos, se os livros e materiais didáticos não são adequados para eles, se, enfim, as atividades planejadas não os motivam, é preciso modificá-las, inventar novas formas, experimentar, assumir o risco de errar e dispor-se a corrigir. Diferenciar é, sobretudo, aceitar o desafio de que não existem respostas prontas, nem soluções únicas; é aceitar as incertezas, a flexibilidade, a abertura das pedagogias ativas que em grande parte são construídas na ação cotidiana, em um processo que envolve negociação, revisão constante e iniciativa de seus atores.



Durante anos a educação tem se transformado e ainda continua em constante processo de transformação. Porém, ainda é comum vivenciarmos em nossas escolas muitos educadores com práticas alicerçadas na educação tradicionalistas onde eles eram detentores do saber, escolas onde a base educacional se emerge no professor como o transmissor de conteúdos e o aluno um reproduzidor do conhecimento. Como as crianças aprendem desta forma? Imagine crianças com necessidades especiais que não conseguem ser reproduzidoras como a escola deseja, o que acontece com estes alunos? São excluídos, tornam-se repetentes ou são os considerados incapazes? Eis aí alguns questionamentos que devem ser refletidos. Pois, incluir é inserir o aluno de forma que todo conhecimento transmitido, promova seu desenvolvimento e remova as barreiras da aprendizagem tornando-o um sujeito ativo e participante em todo processo de ensino aprendizagem e político-social.

Acredita-se que a escola ainda tem uma longa trajetória, porém cabe a todos os envolvidos unir forças, buscar idéias e alternativas para transformar e construir uma escola capaz de educar a todos sem distinção alguma, fazendo que estes aprendam dentro de suas capacidades e de seus tempos, porém com o respeito que se faz tão necessário neste fabuloso processo que é o ato de ensinar e aprender.

O respeito às diferenças

O respeito às crianças com necessidades especiais deve ser prioridade da escola e da sociedade, pois, todos nós somos diferentes, tivemos experiências diferentes e por isso acabamos tendo comportamentos diferentes, com as crianças especiais não poderia ser de outra forma, elas têm suas limitações assim como nós, porém com mais dificuldades e por estes e outros motivos merecem ser respeitadas e compreendidas no meio em que estão inseridas. Essa tese também é defendida por:

Veja em Sartoretto (2006, p.81):

Só há inclusão onde há respeito às diferenças e, conseqüentemente, a adoção de práticas pedagógicas que permitam às pessoas com deficiências aprender a ter conhecimentos e serem valorizados os conhecimentos que são capazes de



produzir, de acordo com seu ritmo e na medida de suas possibilidades.

Existem muitas propostas a respeito do tema, entre elas destacam-se a Declaração de Salamanca realizado pela UNESCO na Conferência Mundial Sobre Necessidades Especiais: Acesso e Qualidade, assinado por 92 países (BRASIL, 1994) que apoiou o movimento da chamada Educação Inclusiva e defende o compromisso que a escola deve assumir de educar cada estudante independente de sua origem social, étnica e lingüística, bem como contemplar duas diversidades. E mais recentemente, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006).

No que diz respeito ao contexto nacional a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), é o principal mecanismo de luta por uma educação inclusiva. E traz em seu Capítulo V da Educação Especial: Art. 58. “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

Sasaki (1997, p.27) comenta que “a inclusão gera uma exigência na modificação da escola, pois implica no ingresso de alunos com quaisquer déficits e necessidades no ensino regular. E para que isso seja possível é necessário que as escolas se adaptem às necessidades deles”. Entende-se então que a inclusão exige uma modificação tanto física quanto curricular para atender aos alunos e causa assim, um rompimento do modelo tradicional de ensino.

A inclusão é, pois, um processo educacional gradual e interativo e tem como proposta respeitar as singularidades de cada indivíduo e oferecer suporte às suas necessidades. Nesta perspectiva o aluno é visto como possuidor de particularidades, ou seja, é um ser único, singular e social e, portanto, são as diferenças entre eles que os caracterizam. Cada um possui sua história de vida e traz consigo uma bagagem pessoal.

A escola tem como objetivo levar cultura para um número cada vez maior de pessoas, tendo em vista ser ela, uma instituição mediadora na construção do conhecimento. Mantoan (1997, p.13), afirma que “embora instituições como a família, entre outras, exerçam um papel de suma importância



na vida do indivíduo, a maior parte é transmitida na escola, onde ele adquire, fundamenta e transforma conceitos de participação, colaboração e adaptação”.

Contudo, o conceito de inclusão escolar ainda é uma dificuldade, principalmente, para professores da escola regular, pois, na maioria das vezes não receberam qualificação, nem dispõem de recursos para atender as necessidades desses alunos. Mais uma vez faz-se necessário destacar que a escola deve estar disposta a adaptar seu currículo e seu ambiente físico, além da reestruturação do sistema e a mudança das práticas pedagógicas que permitam o acesso, buscando garantir a permanência desses alunos nessas escolas e um ensino de qualidade para todos.

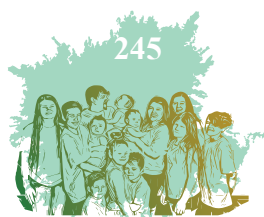
De acordo com Rosseto (2005, p. 42), “inclusão escolar não é uma simples transferência de alunos de uma escola especial para uma escola regular, tão pouco de um professor especializado para um professor de ensino regular, mas trata-se de um programa que demanda tempo para ser instalado e vai levar a escola a uma reorganização no seu funcionamento”.

É o que podemos observar em Rabelo (1999, p. 20) quando diz que:

Hoje, o grande desafio é a elaboração de uma política educacional voltada para o estabelecimento de uma escola realmente inclusiva, acessível a todos, independentemente das diferenças que apresentam, dando-lhes as mesmas possibilidades de realização humana e social.

Kuester (2000) aponta como um dos fatores de maior importância e que leva ao sucesso da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, a interação deste com o professor. Daí a necessidade deste educador repensar sua prática pedagógica e, estar cada vez mais preparado e capacitado para receber e acolher esse aluno, atendendo suas necessidades, assistindo-o e sendo um facilitador nesse processo contínuo de inclusão.

Podemos afirmar, então, que o processo de ensino-aprendizagem nos alunos com necessidades educacionais especiais requer do professor muito carinho, atenção e uma capacitação adequada para atender a esta nova proposta. Com troca de experiências entre o aluno com necessidades especiais, o professor e os demais alunos e adotando novos métodos para facilitar a aquisição do conheci-



mento, como também a preparação dos alunos que já se encontram nas escolas regulares pra que elas não discriminem e não provoquem atos de desrespeito a esses alunos que precisam de tanto amor e atenção.

Todos nós somos diferentes uns dos outros e cada um tem uma ou mais qualidades próprias dadas por Deus. Portanto, não podemos exigir ou forçar para que as outras pessoas sejam parecidas conosco ou tenham nossas qualidades. Se assim agirmos, acabaremos fazendo com que elas sofram e no final elas poderão não ser o que queríamos que fossem...

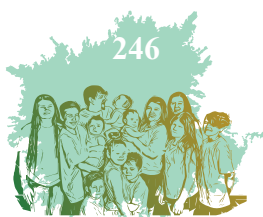
A inclusão requer investimento

A educação brasileira tem evoluída bastante, embora ainda existem muitas coisas a serem melhoradas, pois, a constituição garante a todos o acesso à escola, mas não oferece meios suficientes para que isso aconteça na pratica, para que os alunos com necessidades especiais sejam incluídos nas escolas regulares e conseqüentemente mantidos, os estabelecimentos de ensino precisam passar por uma reestruturação, de forma que abranja todo o sistema educacional. A fim de que a escola se torne aberta às diferenças e principalmente apta a trabalhar com todos os educandos sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais.

Veja Guimarães (2003 p.43):

Mais do que criar condições para os deficientes, a inclusão é um desafio que implica mudar a escola como um todo, no projeto pedagógico, na postura diante dos alunos, na filosofia [...] valorizar as peculiaridades de cada aluno, atender a todos na escola, incorporar a diversidade, sem nenhum tipo de distinção. Nunca o tema da inclusão de crianças deficientes esteve tão presente no dia-a-dia da educação. [...] os professores estão percebendo que as diferenças não só devem ser aceitas, mas também acolhidas como subsídio para montar (ou completar) o cenário escolar.

Observa-se que existem vários autores com o olhar voltado para esse tema, pode-se destacar



Cardoso (1992, p.32), ao afirmar que “A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais é um tema dominante na Educação Especial do Brasil nos últimos anos e vem ganhando espaço cada vez maior nos debates educacionais, por se tratar de atender as necessidades intrínsecas às condições do homem. Com propostas e programas políticos educacionais e de reabilitação em vários países assim como no Brasil”.

É importante destacar que o professor é a ferramenta essencial para a inclusão e que o mesmo não pode ficar com a responsabilidade de atender a essa clientela sem ser preparado para isso, sem ao menos receber certo incentivo, pois a profissão já é muito árdua e mesmo sem ter aluno especial em sala de aula ele precisa de apoio de todos os responsáveis pelo ensino no Brasil.

Beyer (2005, p.56) afirma que “Não há como propor uma educação inclusiva, onde literalmente se jogue crianças com necessidades especiais nas salas de aula regulares, quando o professor não tem uma formação que lhe possibilite lidar com tais alunos”.

Para Páez (2001, p. 33), a inclusão pode trazer benefícios incontestáveis para o desenvolvimento da pessoa com deficiências, desde que seja oferecida necessariamente na escola regular, uma Educação Especial que, em termos mais específicos “significa educar, sustentar, acompanhar, deixar marcas, orientar, conduzir”. Substancialmente, isso remete a uma educação de qualidade e responsabilidade pedagógica.

Carneiro (1997, p. 33) relata:

Os portadores de deficiência precisam ser considerados, a partir de suas potencialidades de aprendizagem. Sobre esse aspecto é facilmente compreensível que a escola não tenha de consertar o defeito, valorizando as habilidades que o deficiente não possui, mas ao contrário, trabalhar sua potencialidade, com vistas em seu desenvolvimento.

Neste sentido, a qualificação e formação do corpo docente da escola passam a ser quesito primordial para a implementação da educação inclusiva. Visto que o educador tem um papel fundamental nesse processo e acima de tudo, deve ter a sensibilidade de perceber as mudanças que urgem



serem realizadas no processo educacional para um melhor resultado.

Tendo em vista a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais um processo longo e complexo, para que ela se torne realidade, é preciso rever uma gama de obstáculos e conflitos que existem e possam existir durante o percurso. Faz-se necessário fazer uso de tecnologias e principalmente investir em formação e capacitação que envolva toda comunidade escolar, Principalmente os professores, pois estes, vão estar efetivamente junto às crianças com necessidades.

Mantoan e Prieto (2006, p.57) afirmam que:

A formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder as características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais.

Os alunos com necessidades educacionais especiais querem ser inseridos com igualdade e não rotulados ou taxados de diferentes, pois estes merecem ser tratados com mais dignidade e respeito.

Como afirma Carvalho (2004, p. 29):

Pensar na inclusão dos alunos com deficiência (s) nas classes regulares sem oferecer-lhes a ajuda e apoio de educadores que acumulam conhecimentos e experiências específicas, podendo dar suporte ao trabalho dos professores e aos familiares, parece-me o mesmo que fazê-los contar seja como número de matrícula, seja como mais uma carteira na sala de aula.

Mudar o sistema e reestruturar a organização escolar, portanto, exige esforço de todos, para que a escola se torne um lugar de construção de conhecimento e não um lugar onde há discriminação. E isso requer do educador uma mudança de postura, ou seja, repensar suas práticas educacionais é fundamental para a redefinição de papéis que favoreçam o processo de inclusão.



Considerações finais

A realização desse trabalho, partiu do pressuposto de que, a inclusão deve acontecer de forma digna e igualitária, uma vez que toda criança independente de raça, gênero ou sexo ou características pessoais devem ter direito ao acesso às escolas regulares e conseqüentemente serem preparadas para viver e participar do meio em que vivem.

Pretendeu-se, assim, mostrar a importância da inclusão de crianças com necessidades especiais dentro do âmbito escolar, como também fazer uma reflexão sobre a prática o professor, o respeito a essas diferenças e também destacar que para que aconteça a inclusão é necessário investimento, ou seja, transformação de todo o sistema educacional.

O direito à igualdade é um dos principais fatores que podem levar à conscientização de toda a sociedade, a começar dos pais de crianças com necessidades especiais e professores que ainda não despertaram para essa temática.

A sociedade precisa estar consciente de que nossas crianças, sendo elas especiais ou não merecem ser tratadas com igualdade, uma vez que isso está na lei, razão pela qual se defende que a inclusão de alunos com necessidades especiais deve ser efetiva e igualitária. Tal assunto interessa não só aos responsáveis por crianças especiais, mas a sociedade, em geral, que em contato com essas crianças oportuniza as mesmas a participarem e atuarem no meio, de forma constante e agradável.

A pesquisa favoreceu efetivamente ao pesquisador, uma vez que possibilitou um estudo mais abrangente a respeito do tema. Nesse sentido, vale a pena viver em contato com essas pessoas especiais e torná-las mais felizes.

Referências

ANDRÉ, Marli. E. D. A. de. Estudo de caso: pesquisa e avaliação educacional. Brasília: Líder Livro Editora, 2005.



BRASIL. A Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 30 de julho de 2011.

BEYER, H. O. Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

BRASÍLIA. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996.

CARDOSO, M. C. de F. Integração educacional e comunitária. Revista Brasileira de Educação Especial, 1992.

CARNEIRO, Rogéria. Sobre a Integração de Alunos Portadores de Deficiência no Ensino Regular. Revista Integração. Secretaria de Educação Especial do MEC, 1997.

CARVALHO, R. E. Educação Inclusiva com os pingos nos is. Porto Alegre: Editora Mediação, 2004.

CARVALHO, R. E. Panorama Internacional da Integração: enfoque nacional. Revista Integração, 1994.

GUIMARÃES, Arthur. Inclusão que funciona. Revista educação. Ano XVIII, nº 165, Setembro de 2003.

GLAT, R.. A integração social dos portadores de deficiências: uma reflexão. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

MANTOAN, Maria Tereza. Inclusão escolar: pontos e contrapontos /Maria Tereza Eglér Mantoan, Rozangela Gavioly Prieto; Valéria Amorim Arantes, Organizadoras. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

ONU. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006. Disponível em <http://www.bengalalegal.com/convencao.php>. Acesso em 27 de julho de 2011.



PÁEZ, S. M. C.. A integração em processo: da exclusão a inclusão. Escritos da criança, 2001.

RABELO, Annete Scotti. Adaptação Curricular na Inclusão. Revista Integração. Secretaria de Educação Especial do MEC-ano 9, n1 21, 1999.

ROSSETO, M. C. Falar de inclusão... Falar de que sujeitos? In: LEBEDEFF, T. B. PEREIRA, I. L. e S. Educação especial - olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

SASSAKI, R. K.. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SARTORETTO, M. L. M. Inclusão: teoria e prática. In: III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores, 2006, Brasília. Ensaio Pedagógicos. Educação Inclusiva: Direito a Diversidade Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

